

ciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos aprovada:

- 1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando, sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do fiscal único da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração, que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2003, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e das contas da sociedade, relativos ao exercício de 2003, os quais foram aprovados pelos votos da accionista única da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pela accionista única da sociedade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração que se transcreve:

O resultado líquido do exercício de 2003 foi de 56 354,11 euros, para o qual e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

- a) 56 354,11 euros para reserva livres.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pela accionista única um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao fiscal único, bem como a cada um dos seus membros, pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade durante o exercício findo.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo representante da accionista, pelo presidente da mesa e pela secretária, que a elaborou.

A Mesa da Assembleia Geral: *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, presidente — *Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura*, secretária — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, representante da accionista única. 2008411818

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

J. SOARES CORREIA — ARMAZÉNS DE FERRO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 9213; pessoa colectiva n.º 500029857; inscrições n.ºs 9 e 10; números e data da apresentação: 33 e 34/19 de Maio de 1995; pasta n.º 3690.

Certifico que ficam depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas e prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 1994, da sociedade em epígrafe.

A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e contas de 1994

Relatório do conselho de administração

I — Envolvente externa

Durante 1994 a generalidade das economias da União Europeia melhoraram mais rapidamente, do que inicialmente previsto. As esti-

mativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB comunitário em torno dos 2,6%.

No sector siderúrgico, as exportações, nomeadamente para os Estados Unidos, constituíram o principal motor do crescimento da produção de aço, a qual terá aumentado 2,5% e 3%. Assistiu-se igualmente a uma retoma do consumo interno, impulsionada pelos mais importantes consumidores de aço, nomeadamente a indústria automóvel e as construções metálicas. Na sequência desta conjuntura mais favorável os preços de certos produtos aumentaram, em alguns casos muito significativamente. O sector continua, porém, a padecer de um excesso de capacidade instalada, a qual, somente através de continuados esforços de racionalização será possível colmatar.

As tendências referidas, tudo indica, ir-se-ão consolidar em 1995, ano para o qual se prevê um cenário económico globalmente mais favorável. Uma taxa de crescimento mais sustentada, para as economias dos 15 países da UE, irá certamente acelerar o ritmo de actividade nos sectores consumidores de aço. A juntar aos atrás referidos, estima-se que o sector da construção civil apresente melhores perspectivas para 1995.

II — Envolvente nacional

Para Portugal, 1994 foi igualmente um ano de retoma. Com um crescimento do PIB estimado em torno de 1,5%, assistiu-se a uma recuperação espectacular do sector exportador, o qual foi gradualmente ganhando importância crescente, ao longo do ano. A taxa de crescimento das exportações no decorrer do 2.º semestre foi de tal forma dinâmica, que permitiu mesmo a revisão em alta da projecção do PIB para 1995, por parto de alguns organismos internacionais, aproximando-se as estimativas em torno dos valores avançados pelo próprio governo de 3,5%. O investimento, em desaceleração a partir de 1992 e em quebra desde meados de 1993 apresentou, a partir da segunda metade de 1994, uma tendência novamente crescente. De origem eminentemente público e da responsabilidade da administração central, caracterizou-se pelo lançamento de grandes obras públicas, as quais atingiram nos últimos dois meses do ano um valor recorde de adjudicações. Apesar da importância avassaladora das vias de comunicação, dentro das obras públicas, durante o exercício em apreço, assistiu-se a uma retoma da construção civil na vertente da construção de edifícios, a qual, foi muito positivamente influenciada pela diminuição do *stock* de fogos concluídos e confirmada quer pelo aumento significativo de licenças para a construção, quer pela evolução do crédito concedido para aquisição de casa própria.

O sector armazenista de produtos siderúrgicos beneficiou fortemente da dinâmica referida, em especial a partir do 2.º semestre. Na realidade, os indicadores relativos ao consumo de aço para os primeiros seis meses do ano registaram uma quebra muito acentuada (menos 18,5%), tendo as taxas de crescimento, entretanto verificadas no segundo semestre, sobre período homólogo, compensado largamente as referidas quebras.

Em nossa opinião, durante o exercício transacto ficou pavimentado o caminho para a consolidação dos negócios em 1995, primeiro de uma série dos próximos anos em que, com maior impacto se farão sentir os efeitos do segundo quadro comunitário de apoios, a vigorar até ao final do século.

III — Actividade empresarial

1 — O volume de negócios

O ano de 1994 ficou caracterizado por um forte acréscimo do volume de negócios, o qual se cifrou em 6603 milhares de contos, isto é, mais 17% relativamente a 1993. Para esta receita contribuiu fortemente a tonelage vendida, mais 11,9%, a qual ultrapassou as 103 000 toneladas. O preço médio sofreu uma variação positiva de 4,6% face ao exercício anterior.

A evolução verificada está em linha com o atrás descrito para a economia portuguesa na sua globalidade, tendo apresentado taxas de crescimento negativas para o 1.º e 2.º trimestres e muito francamente positivas para os terceiro e quarto trimestres. A retoma evidenciada durante o 2.º semestre contribuiu favoravelmente para uma redução das atitudes de concorrência desenfreada vivida durante o 1.º semestre.

Por grandes linhas de produtos verificou-se um acréscimo de 15,5% na tonelage vendida em produtos longos — varão para betão, barras comerciais e perfis, e uma diminuição de 17,4% em produtos planos — chapa laminada a quente, a frio e galvanizada. Nestes últimos é evidente a concorrência que nos vem sido imposta por empresas especializadas no corte à medida de formatos e bandas, bem como a rela-

tiva escassez de oferta, a qual se traduziu em fortes incrementos de preços a partir da segunda metade do ano.

2 — Investimentos

Os investimentos em activos corpóreos totalizaram 153 669 contos, merecendo destaque 81 633 contos em equipamento de transporte e cerca de 60 000 contos em equipamento informático.

Do investimento total em material de transporte, perto de 25 000 contos destinou-se ao armazém de Palmela, com a finalidade de o adaptar às exigências impostas pela sua fase de expansão do negócio local. O restante investimento centrou-se no reforço e substituição da frota já existente. Actualmente a empresa detém 21 viaturas pesadas e 12 atrelados, o que lhe permite assegurar a distribuição dos seus produtos quase sem recurso a transportes alheios.

A renovação que urgia ser feita no sistema informático do Grupo a nível de *hardware*, *software* e telecomunicações, obrigou a um esforço de investimento, a partir do qual estaremos aptos, a beneficiar de todas as vantagens de um sistema de informação *on-line* e de aceder ao EDI (emissão electrónica de documentos).

Os investimentos financeiros diminuíram em 29 214 contos, resultado da venda de uma participação na Cosider, da dissolução da empresa associada Solinpor e da aplicação do método da equivalência patrimonial conforme ponto 3, alínea 2.1, do anexo.

IV — Situação económico-financeira

O quadro seguinte espelha a evolução dos principais indicadores da situação empresarial:

	1994	1993	Porcentagem
Volume de vendas	6 602 748	5 641 749	17
Resultados correntes	187 977	202 350	— 7
Resultados antes de impostos	204 879	292 772	— 30
Resultados líquidos	123 127	203 830	— 40
Cash-flow	245 977	265 016	— 7
Meios libertos totais	250 724	351 032	— 29
VAB	562 185	618 366	— 9
Situação líquida	1 841 838	1 799 862	2
Activo líquido	4 204 854	3 813 654	10

Fruto da estratégia de comercialização adoptada, a margem de comercialização registou uma evolução desfavorável em termos percentuais; 11,3% contra 13,3% no ano transacto.

No entanto, é de ressaltar que a margem bruta gerada, em termos absolutos, se situou ao nível da margem alcançada em 1993, isto é 750 000 contos.

A estrutura de custos operacionais não sofreu alterações significativas, tendo em atenção o efeito da operação de *lease back* (contratada no ano anterior) nas amortizações do exercício, as quais sofreram um aumento de 30 000 contos.

A excepção reside na rubrica de encargos com pessoal que apresentou um agravamento de 16% (44 000 contos), apesar do seu peso relativo nas vendas se manter estabilizado nos 4,7%.

Parte significativa deste aumento encontra justificação na transferência, ainda que tardia, de alguns elementos das empresas associadas para a empresa-mãe e na reformulação e ajustamentos encetados a nível de quadros de direcção.

Para 1995, o aumento projectado em encargos com pessoal, e que estará presente em todos os cenários prováveis de evolução da actividade empresarial, será de apenas 6%.

Os resultados financeiros líquidos totalizaram 77 005 contos contra 2926 contos em período homólogo. Dada a situação económico-financeira favorável e a postura de estabilidade e equilíbrio que a empresa se esforça por manter, conseguiu-se que a redução verificada nas taxas de juro no decurso do ano, se repercutisse plenamente no custo de financiamento, o qual diminuiu em 49 799 contos com o mesmo nível médio de endividamento. O programa de papel comercial que se tem vindo a renovar, permite rentabilizar as taxas e diminuir o risco de instabilidade das taxas de curto prazo.

A prática adoptada pela empresa no que respeita a pagamentos a fornecedores, permitiu-lhe um acréscimo das receitas financeiras na ordem dos 25 000 contos.

O fundo de maneo da empresa evoluiu favoravelmente. Embora a conjuntura se tenha revelado de difícil recuperação de créditos e de atrasos nas cobranças, o tempo médio de recebimentos diminuiu 13 dias, sendo neste momento de 81 dias.

O tempo médio de pagamentos a fornecedores reduziu-se em sete dias. A nível de *stocks* recaíram algumas atenções para que a gestão dos mesmos, fosse feita tendo em conta a redução do tempo de permanência destes em armazém, a qual foi conseguida, tendo o tempo médio de existências passado de 72 dias em 1993 para 56 dias no corrente ano.

O resultado líquido registou uma redução de 40% por força da diminuição dos resultados extraordinários e do aumento da provisão para impostos sobre lucros.

V — Perspectivas para 1995

Nas grandes opções do plano para 1995, quer o investimento público, quer as exportações continuarão a ser os motores do cresci-

mento da economia nacional, o qual se projecta para níveis superiores a 3%. Não obstante, não será previsível uma redução do desemprego.

A estagnação dos salários e a insegurança das famílias quanto ao futuro estão a condicionar a recuperação do consumo privado, o qual se perspectiva venha a ter um crescimento muito ténue e, de qualquer forma apenas a partir do 2.º semestre. A inflação poderá voltar a reflectir uma nova redução, embora se antevejam, desde já maiores dificuldades, sobretudo tendo em consideração a forte subida dos preços das matérias-primas, que de um modo muito consistente tem estado a ocorrer desde o último trimestre de 1954.

Para o sector de actividade em que operamos e, fruto de um elevado crescimento do investimento público em infra-estruturas, a construção e obras públicas vão certamente continuar a marcar de forma muito positiva o nosso negócio. Como factores mais determinantes ante- vemos um aumento generalizado dos preços, bem como, em certos casos uma exiguidade de certos produtos siderúrgicos, em resultado de uma relativa escassez da oferta que se está a registar ao nível dos produtores.

A procura de soluções que garantam um crescimento sustentado da nossa empresa continuará, certamente, na primeira linha das nossas preocupações.

VI — Considerações finais

A todos os colaboradores que empenhadamente contribuíram com o seu esforço para os objectivos alcançados renovamos o nosso sincero agradecimento.

Aos nossos clientes que com a sua dedicação continuam a apostar na qualidade do serviço que prestamos, a nossa promessa de que continuaremos a melhorar. Por último, uma palavra de muito apreço aos nossos fornecedores.

VII — Proposta de aplicação de resultados

Tendo em vista um adequado equilíbrio entre a remuneração dos accionistas e o reforço dos capitais próprios da empresa, propomos a atribuição de um dividendo ilíquido por acção de 76\$ e que aos resultados líquidos apurados no exercício no montante de 123 126 960\$60 e aos resultados transitados de 3 970 942\$, seja dada a seguinte aplicação:

- Dividendos — 62 450 948\$;
- Remuneração do director-geral — 1 100 000\$;
- Reservas livres — 55 605 070\$60.

Vila Nova de Gaia, 17 de Fevereiro de 1995. — O Conselho de Administração: Joaquim Alberto Correia dos Santos — Isabel Maria Barrosa Soares Correia — Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo.

Balço em 31 de Dezembro de 1994

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortiz. e prov. acum.	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	313 563	—	313 563	313 563
Edifícios e outras construções	261 088	59 416	201 672	204 681
Equipamento básico	88 985	58 718	30 267	34 012
Equipamento de transporte	297 606	204 963	92 643	91 554
Ferramentas e utensílios	421	303	118	88
Equipamento administrativo	87 314	54 221	33 093	24 842
Outras imobilizações corpóreas	12 683	9 003	3 680	3 912
Imobilizações em curso	34 398	—	34 398	10 774
	<u>1 096 058</u>	<u>386 624</u>	<u>709 434</u>	<u>683 426</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	581 545	—	581 545	607 260
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	375
Partes de capital em outras empresas	3 000	—	3 000	—
Títulos e outras aplicações financeiras	16 348	5 494	10 854	3 907
	<u>600 893</u>	<u>5 494</u>	<u>595 399</u>	<u>611 542</u>
Circulante:				
Existências:				
Mercadorias	880 183	—	880 183	969 858
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	1 577 952	—	1 577 952	1 288 778
Clientes — títulos a receber	96 430	—	96 430	57 045
Clientes de cobrança duvidosa	107 758	67 158	40 600	45 793
Empresas do grupo	127 300	—	127 300	74 800
Empresas participadas e participantes	—	—	—	2 500
Estado e outros entes públicos	9 026	—	9 026	20
Outros devedores	120 694	—	120 694	3 168
	<u>2 039 160</u>	<u>67 158</u>	<u>1 972 002</u>	<u>1 472 104</u>
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	62	—	62	193
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	41 235	—	41 235	49 642
Caixa	1 220	—	1 220	2 272
	<u>42 455</u>	—	<u>42 455</u>	<u>51 914</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	536	—	536	16 706
Custos diferidos	4 783	—	4 783	7 911
	<u>5 319</u>	—	<u>5 319</u>	<u>24 617</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>392 118</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>67 158</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>4 664 130</u>	<u>459 276</u>	<u>4 204 854</u>	<u>3 813 654</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1994	1993
	Capital próprio:	
Capital	850 000	850 000
Acções próprias:		
Valor nominal	— 28 277	— 27 747
Prémios e descontos	— 36 868	— 36 017

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Ajustamento de partes capital em filiais e associadas	— 17 815	— 13 685
Reservas de reavaliação	216 014	216 014
Reservas:		
Reservas legais	170 000	170 000
Outras reservas	569 628	437 467
Resultados transitados	— 3 971	—
<i>Subtotal</i>	1 718 711	1 596 032
Resultado líquido do exercício	123 127	203 830
<i>Total do capital próprio</i>	1 841 838	1 799 862
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5 946	36 962
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empréstimos — papel comercial	708 900	723 402
Dívidas a instituições de crédito	908 000	803 978
Fornecedores, c/c	543 584	203 582
Empresas do Grupo	39 700	—
Outros accionistas (sócios)	254	424
Fornecedores de imobilizado, c/c	8 249	65 773
Estado e outros entes públicos	53 423	86 885
Outros credores	18 622	30 859
	2 280 732	1 914 903
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	76 325	62 727
Proveitos diferidos	13	— 800
	76 338	61 927
<i>Total do passivo</i>	2 363 016	2 013 792
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	4 204 854	3 813 654

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos — Isabel Maria Barrosa Soares Correia — Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo.*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:		
Mercadorias	5 856 045	4 891 584
Fornecimentos e serviços externos	196 780	234 205
Custos com o pessoal:		
Remunerações	238 609	205 301
Encargos sociais:		
Outros	72 852	62 033
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	96 948	58 690
Provisões	25 288	1 883
Impostos	4 834	4 320
Outros custos e perdas operacionais	20 853	6 607
(A)	6 512 209	5 464 623
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	614	614

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Juros e custos similares:		
Outros	276 419	326 218
(C)	6 789 242	5 791 455
Custos e perdas extraordinárias	26 045	10 163
(E)	6 815 287	5 801 618
Imposto sobre o rendimento do exercício	81 752	88 942
(G)	6 897 039	5 890 560
Resultado líquido do exercício	123 127	203 830
	7 020 166	6 094 390

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
Vendas:		
Mercadorias	6 602 748	5 641 749
Prestações de serviços	66	15
	6 602 814	5 641 764
Proveitos suplementares	20 239	22 076
Subsídios à exploração	128	207
Outros proveitos operacionais	—	—
	20 367	22 283
(B)	6 623 181	5 664 047
Rendimentos de participações de capital	—	—
Rendimentos títulos negociação e outras aplicações financeiras:		
Outros	16 261	8
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	337 777	329 750
	354 038	329 758
(D)	6 977 219	5 993 805
Proveitos e ganhos extraordinários	42 947	100 585
(F)	7 020 166	6 094 390
Resumo:		
Resultados operacionais: (B)-(A) =	110 972	199 424
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) =	77 005	2 926
Resultados correntes: (D)-(C) =	187 977	202 350
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =	204 879	292 772
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =	123 127	203 830

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos — Isabel Maria Barrosa Soares Correia — Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo.*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

(Salvo indicação em contrário, todos os valores monetários indicados no anexo são expressos em milhares de escudos)

3 — Critérios valorimétricos:

1) Mercadorias:

As existências finais de mercadorias foram valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido usado como método de custeio de saídas o LII.

2) Investimentos financeiros:

2.1) Em empresas do grupo: método da equivalência patrimonial.

Para aquisições anteriores a 1993 efectuaram-se os ajustamentos de transição (ponto 5.4.3.3 do POC).

Para aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1993 efectuaram-se as amortizações previstas no ponto 6 da directriz contabilística n.º 9/92.

2.2) Em outras empresas: custo de aquisição.

3) Imobilizações corpóreas:

Custo de aquisição, com excepção das reavaliações legais mencionadas nos quadros 13 e 39;

Amortizações pelo método das quotas constantes usando as taxas máximas previstas no Decreto-Lei n.º 2/90.

4 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa:

GBP: 249,377.

7 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa: 109.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	313 563	—	—	—	—	313 563
Edifícios e outras construções	257 120	—	3 968	—	—	261 088
Equipamento básico	85 665	—	3 320	—	—	88 985
Equipamento de transporte	221 348	—	81 633	5 375	—	297 606
Ferramentas e utensílios	327	—	94	—	—	421
Equipamento administrativo	—	38 282	—	—	—	87 314
Outras imobilizações corpóreas	9 934	—	2 749	—	—	12 683
Imobilizações em curso	10 774	—	256	—	—	11 030
Adiantamento por conta de imobilizado	—	23 367	—	—	—	23 367
	<u>898 731</u>	<u>—</u>	<u>153 669</u>	<u>5 375</u>	<u>—</u>	<u>1 096 057</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	607 259	—	93 966	—	119 680	581 545
Partes de capital em empresas associadas	375	—	—	—	375	—
Títulos e outras aplicações financeiras	22 473	—	—	3 125	—	19 348
	<u>630 107</u>	<u>—</u>	<u>93 966</u>	<u>3 125</u>	<u>120 055</u>	<u>600 893</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula- rização	Saldo final
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	52 438	6 977	—	59 415
Equipamento básico	51 653	7 065	—	58 718
Equipamento de transporte	129 794	79 314	4 145	204 963
Ferramentas e utensílios	239	64	—	303
Equipamento administrativo	24 190	30 031	—	54 221
Outras imobilizações corpóreas	6 022	2 981	—	9 003
	<u>264 336</u>	<u>126 432</u>	<u>4 145</u>	<u>386 623</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	18 566	613	13 685	5 494

13 — Quadro discriminativo das reavaliações:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliação (a) (b)	Valores contabilist. reaval. (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	200 088	113 475	313 563
Edifícios e outras construções	35 588	69 451	105 039
Equipamento básico	4 024	6 513	10 537
Equipamento de transporte	5 784	3 074	8 858
Ferramentas e utensílios	—	—	—
Equipamento administrativo	5 186	2 814	8 000
Outras imobilizações corpóreas	446	188	634
	<u>251 116</u>	<u>195 515</u>	<u>446 631</u>
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	5 841	5 012	10 853

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

Equipamento básico	1 465
Equipamento de transporte	54 457
Equipamento administrativo	32 537

16 — Empresas associadas e participadas:

Sociedade	Sede	Particip. (porcentagem)	Capital próprio de 1993	Resultado líquido de 1993
José Pinto de Magalhães — Armazéns de Ferro, S. A.	Rua de D. Pedro V, Porto	100	268 807	4 683
M. Cardoso, L. ^{da}	Avenida Fontes Pereira Melo, Porto	74	138 068	5 497
Sardaço — Sociedade de Armazenistas de Aço, L. ^{da}	Avenida Fontes Pereira Melo, Porto	74	81 801	1 693
Transferro — Transf. de Varão de Ferro, L. ^{da}	Zona Industrial da Guarda-Gare, Guarda	73	46 827	8 092

23 — Clientes de cobrança duvidosa: 107 758.

25 — Créditos sobre o pessoal: 15.

28 — Não há dívidas ao Estado em mora.

34 — Contas de provisões acumuladas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Provisões para cobranças duvidosas:				
Provisões para clientes	41 870	25 288	—	67 158
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para acidentes de trabalho	5 946	—	—	5 946
Provisões — c. contribuição industrial	31 016	—	31 016	—

38 — Número de acções:

850 000 acções ao portador, com o valor nominal de 1000\$.

38 — Reservas de reavaliação:

Reservas de reavaliação	Saldo inicial	Saldo final
Reservas de reavaliação — Decreto-Lei n.º 49/91	124 165	124 165
Reservas de reavaliação — Decreto-Lei n.º 264/92	91 848	91 848

40 — Movimento nas rubricas de capitais próprios:

Contas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Capital	850 000	—	—	850 000
Acções próprias	— 27 747	530	—	— 28 277
Prémios e descontos	— 36 017	851	—	— 36 868
Ajustamentos partes de capital em filiais (a)	— 13 685	95 873	91 743	— 17 815
Reservas de reavaliação	216 014	—	—	216 014
Reservas legais	170 000	—	—	170 000
Outras reservas	437 467	—	132 161	569 628
Resultados transitados (b)	—	253 413	249 442	— 3 971
Resultados líquidos	203 830	—	—	—

(a) Movimentos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

(b) Resultados transitados:

Aplicação dos resultados do exercício anterior:

Ajustamento resultante da alteração da contabilização dos contratos de *leasing*: 16 129 contos (saldo credor).

Correcções relativas a exercícios anteriores (anulação de uma indemnização não recebida, 15 415 contos, e aplicação do método da equivalência patrimonial, 4685 contos); 20 100 contos (saldo devedor).

41 — Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias
Existências iniciais	969 858
Compras	5 766 894
Regularização de existências	— 524
Existências finais	— 880 183
Custos no exercício	5 856 045

43 — Remunerações atribuídas:

Ao conselho de administração	22 693
Ao conselho fiscal	1 140

44 — Vendas:

No mercado interno	5 602 475
No mercado externo	273

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
681 — Juros suportados	204 948	238 477
682 — Perdas em empresas do grupo/associadas	4 685	—
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	614	614
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 759	15 465
666 — Descontos de pronto pagamento concedidos	52 076	64 498
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	63	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	12 888	7 778
Resultados financeiros	77 005	2 926
	354 038	329 758

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
781 — Juros obtidos	53 003	47 385
762 — Ganhos em empresas do grupo/associadas	15 908	—
783 — Rendimentos de imóveis	346	315
784 — Rendimento de participações de capital	6	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	3 456	2 487
786 — Desconto de pronto pagamento obtidos	281 240	279 570
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	79	1
	354 038	329 758

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
691 — Donativos	720	110
692 — Dívidas incobráveis	7 260	1 004
693 — Perdas em existências	—	—
694 — Perdas em imobilizações	17 406	922
695 — Multas e penalidades	128	173
696 — Aumentos e amortizações e de provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	512	452
698 — Outros custos e perdas extraordinários	20	7 501
Resultados extraordinários	16 900	90 423
	42 946	100 585

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	521	—
793 — Ganhos em existências	1 859	97
794 — Ganhos em imobilizações	2 321	81 531
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Reduções de amortizações e provisões	31 016	18 163
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	506	553
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	6 723	241
	42 948	100 585

47 — Acções detidas pelos administradores:

Joaquim Alberto Correia dos Santos	259 551
Isabel Maria Barrosa Soares Correia	76 469
Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo	42 540

Acções detidas por titulares com, pelo menos, 10% do capital:

Joaquim Alberto Correia dos Santos: 30,50%.

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos* — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia* — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 4 204 854 contos e um total de capital próprio de 1 841 838 contos, incluindo um resultado líquido de 123 127 contos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., em 31 de Dezembro de 1994, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Vila Nova de Gaia, 22 de Fevereiro de 1995. — O Revisor Oficial de Contas, *António Afonso da Silva Carvalho*.

Relatório consolidado de gestão

I — Introdução

No cumprimento das disposições legais, o conselho de administração apresenta o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respectivos anexos respeitantes à actividade consolidada do Grupo J. Soares Correia. A consolidação reporta-se este ano a todas as empresas que poderiam ser objecto de consolidação e, nomeadamente: J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., José Pinto de Magalhães — Armazéns de Ferro, S. A., M. Cardoso, L.^{da}, Transferro — Transformação de Ferro, L.^{da} e Sardaço — Sociedade de Armazenistas de Aço, L.^{da}

II — Principais indicadores

A comparação de alguns indicadores da J. Soares Correia, S. A., e do Grupo pode ser efectuada a partir dos seguintes quadros:

	J. Soares Correia, S. A.	Grupo J. S. C.
Activo	4 204 854	4 566 260
Capital próprio	1 841 838	1 992 979
Resultados líquidos	123 127	123 112
Volume de negócios	6 602 814	7 273 174

Volume de negócios:

	1994	1993	Variação (percentagem)
J. Soares Correia, S. A.	6 602,8	5 641,8	17,0
José Pinto de Magalhães, S. A.	283,7	296,7	-4,4
M. Cardoso, L. ^{da}	1 012,4	793,8	27,5
Transferro, L. ^{da}	681,3	538,2	26,6

Resultados líquidos:

	1994	1993	Variação (percentagem)
J. Soares Correia, S. A.	123,1	203,8	-39,6
José Pinto de Magalhães, S. A.	4,7	14,4	-67,5
M. Cardoso, L. ^{da}	5,5	-0,3	19,3
Transferro, L. ^{da}	8,1	9,8	-17,4
Sardaço, L. ^{da}	1,7	47,9	-96,5

III — Situação geral

Globalmente consideradas, as associadas com actividade comercial, M. Cardoso, L.^{da}, Transferro — Transformação de Ferro, L.^{da}, e José Pinto de Magalhães, S. A., apresentaram um volume de negócios de 1988,1 milhares de contos, o que traduziu um crescimento de 22,1% em relação ao exercício anterior. Aquele valor representa mais de 27% da facturação consolidada do Grupo.

M. Cardoso, L.^{da}

Actividade durante o exercício teve um desempenho fortemente crescente (+ 27,5%). Embora se tivesse registado uma redução percentual da margem bruta (17,7% versus 18,9%) o volume libertado foi suficiente para contrabalançar o aumento nos custos e apresentar resultados operacionais e correntes francamente positivos.

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 5497 milhares de escudos contra - 311 milhares de escudos no exercício anterior.

Transferro, L.^{da}

O crescimento das vendas, embora tendo sido assinalável (+ 26,6%) não foi suficiente para compensar a redução percentual ocorrida na margem bruta (12,5% versus 15,8%). Com um crescimento dos custos a atingir os 13,2% os resultados operacionais diminuíram (16 811 milhares de escudos versus 24 269 milhares de escudos). Dada a melhoria da função financeira obteve-se um resultado corrente próximo do registado no exercício anterior. O resultado líquido foi de 8092 milhares de escudos contra 9806 milhares de escudos em 1993.

José Pinto de Magalhães, S. A.

O decréscimo de 4,4% na facturação associado a uma degradação da margem bruta, em termos percentuais conduziu, apesar da diminuição nos custos, a resultados operacionais negativos. Com uma função financeira positiva, embora em quebra, atingiu-se um resultado corrente positivo. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 4688 milhares de escudos, contra 14 438 milhares de escudos no exercício anterior.

Sardaço, L.^{da}

Não registou qualquer actividade durante o exercício. O resultado do exercício foi de 1693 milhares de escudos e é fruto do rendimento das aplicações financeiras.

Foi tomada uma deliberação de compra das participações minoritárias.

IV — Perspectivas

As expectativas favoráveis que se antevêm para a procura de produtos siderúrgicos, acompanhadas de uma subida generalizada dos preços não deixarão de se reflectir positivamente sobre a rentabilidade

das nossas associadas. Medidas de redução de custos continuarão a ser tomadas como forma de se obterem os desejáveis aumentos de produtividade.

Apesar do panorama ser globalmente optimista estaremos atentos às transformações que se avizinham no tocante ao negócio siderúrgico, em Portugal e que, na medida do possível, não deixaremos de contemplar nas opções.

Vila Nova de Gaia, 17 de Fevereiro de 1995. — O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel da Silva Bártolo*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1994**ACTIVO**

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortiz. e prov. acum.	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	4 360	4 360	—	—
Diferenças de consolidação	3 279	—	3 279	—
Trespases	41	—	41	41
	<u>7 680</u>	<u>4 360</u>	<u>3 320</u>	<u>41</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	435 978	—	435 978	435 978
Edifícios e outras construções	581 486	89 725	491 761	505 364
Equipamento básico	194 973	117 221	77 752	86 883
Equipamento de transporte	428 365	290 396	137 969	155 378
Ferramentas e utensílios	1 989	1 829	160	295
Equipamento administrativo	122 584	81 411	41 173	34 928
Outras imobilizações corpóreas	20 361	13 138	7 223	7 943
Imobilizações em curso	11 030	—	11 030	10 774
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	24 767	—	24 767	—
	<u>1 821 533</u>	<u>593 720</u>	<u>1 227 813</u>	<u>1 237 543</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	3 843
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	10 217
Partes de capital outras empresas	4 938	—	4 938	9 919
Títulos e outras aplicações financeiras	205 531	77 202	128 329	118 558
	<u>210 469</u>	<u>77 202</u>	<u>133 267</u>	<u>142 537</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
Produtos acabados e intermédios	35 445	—	35 445	29 073
Mercadorias	1 052 574	—	1 052 574	1 153 065
	<u>1 088 019</u>	<u>—</u>	<u>1 088 019</u>	<u>1 182 138</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	1 621 438	—	1 621 438	1 374 671
Clientes — títulos a receber	155 906	—	155 906	76 030
Clientes de cobrança duvidosa	168 567	101 261	67 306	81 645
Empresas associadas	—	—	2 500	—
Estado e outros entes públicos	11 848	—	11 848	5 770
Outros devedores	122 187	—	122 187	60 799
	<u>2 079 946</u>	<u>101 261</u>	<u>1 978 685</u>	<u>1 601 415</u>

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortiz. e prov. acum.	Activo líquido	Activo líquido
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	100	—	100	12 909
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	124 667		124 667	82 112
Caixa	2 883		2 883	4 598
	<u>127 550</u>		<u>127 550</u>	<u>86 710</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	1 180		1 180	16 744
Custos diferidos	6 326		6 326	10 426
	<u>7 506</u>		<u>7 506</u>	<u>27 170</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>675 282</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>101 261</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>5 342 803</u>	<u>776 543</u>	<u>4 566 260</u>	<u>4 290 463</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1994	1993
Capital próprio:		
Capital	850 000	850 000
Acções próprias:		
Valor nominal	— 33 380	— 27 747
Prémios e descontos	— 44 443	— 36 017
Diferenças de consolidação	16 054	8 473
Ajustamento de partes de capital	—	— 13 685
Reservas de reavaliação	266 016	266 016
Reservas:		
Reservas legais	177 973	171 346
Outras reservas	630 338	454 324
	<u>1 862 558</u>	<u>1 672 710</u>
Resultados transitados	7 309	4 645
Resultado líquido do exercício	123 112	261 133
<i>Total do capital próprio</i>	<u>1 992 979</u>	<u>1 938 488</u>
Interesses minoritários	57 166	55 297
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5 946	36 962
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	12 000	36 000
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empréstimos — papel comercial	708 900	723 402
Dívidas a instituições de crédito	993 000	950 478
Empréstimos obtidos — outros	—	— 1 745
Fornecedores, c/c	568 505	227 006
Fornecedores facturas em recepção e conferência	—	—
Empresas do grupo	76 545	—
Empresas associadas	— 74 800	—
Outros accionistas (sócios)	5 454	5 624
Fornecedores de imobilizado, c/c	9 508	71 640
Estado e outros entes públicos	74 332	105 419
Outros credores	29 477	41 238
	<u>2 389 176</u>	<u>2 124 807</u>

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	93 904	82 092
Proveitos diferidos	15 089	16 817
	<u>108 993</u>	<u>98 909</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>2 516 115</u>	<u>2 296 678</u>
<i>Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo</i>	<u>4 566 260</u>	<u>4 290 463</u>

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel da Silva Bártolo*, vogal.

Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	5 800 676		4 910 786	
Matérias	<u>439 584</u>	6 240 260	<u>304 345</u>	5 215 131
Fornecimentos e serviços externos		211 320		229 263
Custos com o pessoal:				
Remunerações	340 601		397 499	
Encargos sociais:				
Outros	<u>104 689</u>	445 290	—	397 499
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	139 702		102 354	
Provisões	<u>46 772</u>	186 474	<u>7 606</u>	109 960
Impostos	7 443		6 000	
Outros custos e perdas operacionais	<u>21 533</u>	28 976	<u>7 298</u>	13 298
(A)		7 112 320		5 965 151
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	5 772		5 771	
Juros e custos similares:				
Outros	<u>313 411</u>	<u>319 183</u>	<u>392 578</u>	<u>398 349</u>
(C)		7 431 503		6 363 500
Custos e perdas extraordinárias		<u>40 068</u>		<u>13 000</u>
(E)		7 471 571		6 376 500
Imposto sobre o rendimento do exercício		89 920		93 929
Interesses minoritários		<u>1 869</u>		<u>14 003</u>
(G)		7 563 360		6 484 432
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>123 112</u>		<u>261 133</u>
		<u>7 686 472</u>		<u>6 745 565</u>

PROVEITOS E GANHOS

	1994		1993	
Vendas:				
Mercadorias	6 781 148		5 842 228	
Produtos	<u>491 960</u>		<u>383 311</u>	
Prestações de serviços	66	7 273 174	35	6 225 574
Variação de produção		6 372		3 178
Proveitos suplementares	9 451		12 301	
Subsídios à exploração	<u>128</u>	9 579	<u>207</u>	12 508
(B)		7 289 125		6 241 260
Ganhos de participações de capital	—		—	
Ganhos em empresas do grupo	—		2 032	

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Outros	812		22 036	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	341 388	342 200	328 934	353 002
(D)		7 631 325		6 594 262
Proveitos e ganhos extraordinários		55 147		151 303
(F)		7 686 472		6 745 565
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)-(A) =		176 805		276 109
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) =		23 017		- 45 348
Resultados correntes: (D)-(C) =		199 822		230 762
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =		214 901		369 065
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =		123 112		261 133

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel da Silva Bártolo*, vogal.

Anexo ao balanço consolidado dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

(Salvo indicação em contrário, todos os valores monetários indicados no anexo são expressos em milhares de escudos)

I — Informações relativas a empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

a):

M. Cardoso, L.^{da}, Avenida Fontes Pereira de Melo, 410 Porto.
José Pinto de Magalhães — Armazéns de Ferro, S. A., Rua D. Pedro V, 191 Porto.

Transferro — Transformação de Varão de Ferro, L.^{da}, Zona Industrial de Guarda-Gare, Guarda.

Sardaço — Sociedade de Armazenistas de Aço, L.^{da}, Avenida Fontes Pereira de Melo, 410 Porto.

b) A sociedade José Pinto de Magalhães detém uma quota de 27% na Transferro.

4 — Empresa associada excluída da consolidação:

Solinpor — Soluções Informáticas Portuguesas, S. A., Rua do Sporting Clube Coimbrões, Vila Nova de Gaia.

Excluída da consolidação por dissolução.

7 — Número médio de pessoas ao serviço das empresas (incluídas na consolidação): 160.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Discriminação da rubrica de diferenças de consolidação relativa a: M. Cardoso, L.^{da}, José Pinto de Magalhães, S. A., e Transferro, L.^{da}:

Foi usado o método da consolidação integral para as quatro empresas, com ventilação da diferença de consolidação pelo valor dos terrenos e edifícios.

18 — As participações em associadas estão contabilizadas pelo custo de aquisição.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Critérios valorimétricos:

As existências finais de mercadorias foram valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido usado como método de custeio das saídas o LIFO.

Os investimentos financeiros (não consolidados) foram contabilizados ao custo de aquisição.

24 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa:

DEM — 102,912;

GBP — 249,377;

ITL — 0,09819

ESP — 1,2112.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado e nas respectivas amortizações e provisões:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	4 360	—	—	—	—	4 360
Trespases	41	—	—	—	—	41
	<u>4 401</u>	—	—	—	—	<u>4 401</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	435 978	—	—	—	—	435 978
Edifícios e outras construções	583 663	—	5 008	—	- 7 185	581 486
Equipamento básico	187 421	—	7 552	—	—	194 973
Equipamento de transporte	349 770	—	87 626	- 9 031	—	428 365
Ferramentas e utensílios	1 895	—	94	—	—	1 989
Equipamento administrativo	82 803	—	39 781	—	—	122 584
Outras imobilizações corpóreas	16 592	—	3 769	—	—	20 361
Imobilizações em curso	10 774	—	256	—	—	11 030
Adiantamento por conta de immobilizado	—	—	24 767	—	—	24 767
	<u>1 668 896</u>	—	<u>168 853</u>	<u>- 9 031</u>	<u>- 7 185</u>	<u>1 821 533</u>

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	3 843	—	93 966	—	— 97 809	—
Partes de capital em empresas associadas	10 217	—	2 203	—	— 12 420	—
Partes de capital em outras empresas	9 919	—	—	— 3 125	— 1 856	4 938
Títulos e outras aplicações financeiras	203 674	—	—	—	1 857	205 531
	<u>227 653</u>	—	<u>96 169</u>	<u>— 3 125</u>	<u>— 110 228</u>	<u>210 469</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula- rização	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	4 360	—	—	4 360
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	78 298	11 426	—	89 724
Equipamento básico	100 538	16 684	—	117 222
Equipamento de transporte	194 391	102 821	— 6 816	290 396
Ferramentas e utensílios	1 600	229	—	1 829
Equipamento administrativo	47 875	33 536	—	81 411
Outras imobilizações corpóreas	8 650	4 487	—	13 137
	<u>431 352</u>	<u>169 183</u>	<u>— 6 816</u>	<u>593 719</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	85 117	5 770	— 13 685	77 202

36:

Vendas consolidadas no mercado interno	7 272 676
Vendas consolidadas no mercado externo	432

39 — Remunerações atribuídas:

Ao conselho de administração	37 418
Ao conselho fiscal	2 064

41 — Reservas de reavaliação:

Reservas de reavaliação	Saldo inicial	Saldo final
Decreto-Lei n.º 264/92	154 363	154 363
Decreto-Lei n.º 49/91	191 395	191 395
Decreto-Lei n.º 399/84	14 000	14 000
Decreto-Lei n.º 111/88	16 341	16 341

42 — Quadro discriminativo das reavaliações:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliação (a) (b)	Valores contabilist. reaval. (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	206 578	140 284	346 862
Edifícios e outras construções	76 439	123 016	199 455
Equipamento básico	21 414	12 768	34 182
Equipamento de transporte	14 746	5 762	20 508
Ferramentas e utensílios	—	9	9
Equipamento administrativo	6 467	3 512	9 979
Outras imobilizações corpóreas	973	326	1 299
	<u>326 617</u>	<u>285 677</u>	<u>612 294</u>
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	38 655	87 816	126 471

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

44 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
681 — Juros suportados	220 493	279 947
682 — Perdas em empresas do grupo/associadas	4 685	—
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	5 771	5 772
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 954	16 595
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	72 913	84 630
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	63	2 469
688 — Outros custos e perdas financeiros	13 304	8 937
Resultados financeiros	23 017	— 43 315
	342 200	355 035

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
781 — Juros obtidos	27 775	65 960
782 — Ganhos em empresas do grupo/associadas	2 032	—
783 — Rendimentos de imóveis	22 409	208
784 — Rendimento de participações de capital	468	68
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	4 045	2 623
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	287 422	284 141
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	81	3
	342 200	355 035

45 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
691 — Donativos	823	116
692 — Dívidas incobráveis	20 335	2 862
693 — Perdas em existências	—	—
694 — Perdas em imobilizações	17 692	1 748
695 — Multas e penalidades	130	197
696 — Aumentos de amortizações e de provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	1 067	548
698 — Outros custos e perdas extraordinários	20	7 527
Resultados extraordinários	15 079	138 306
	55 146	151 304

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
791 — Restituição de impostos	22	—
792 — Recuperação de dívidas	538	550
793 — Ganhos em existências	2 132	304
794 — Ganhos em imobilizações	2 400	128 126
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Reduções de amortizações e provisões	39 189	18 222
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	1 363	1 081
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	9 502	3 021
	55 146	151 304

46 — Contas de provisões acumuladas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Proveitos para cobranças duvidosas:				
Provisões para clientes	62 662	46 772	— 8 173	101 261
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para acidentes de trabalho	5 946	—	—	5 946
Provisões — c. contribuição industrial	31 016	—	— 31 016	—

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel da Silva Bártolo*, vogal.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do grupo J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, documentos que evidenciam um total de balanço de 4 566 260 contos e um total de capital próprio de 1 992 979 contos, incluindo um resultado líquido de 123 112 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do grupo de empresas e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do grupo J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., em 31 de Dezembro de 1994, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Vila Nova de Gaia, 22 de Fevereiro de 1995. — O Revisor Oficial de Contas, *António Afonso da Silva Carvalho*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais (aditado pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho), vimos apresentar o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e o correspondente anexo referentes ao exercício de 1994, apresentados pelo conselho de administração de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A.

1 — Relatório:

Em cumprimento do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, que transpôs para o direito português as normas de consolidação de demonstrações financeiras estabelecidas na 7.ª Directiva da CEE (83/349/CEE), procedeu o conselho de administração à elaboração das contas consolidadas do grupo de empresas, do ano de 1994 — 4.ª consolidação.

Todas as empresas faziam parte do grupo no conjunto do exercício sob análise.

Comprovamos que foram observadas as normas de consolidação, pelo que as contas consolidadas reflectem a imagem verdadeira e apropriada do Grupo.

Nos termos do artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho fiscal apreciou o relatório da fiscalização e a certificação legal das contas consolidadas do exercício de 1994, documentos que foram elaborados pelo membro revisor oficial de contas, que merecem a nossa total concordância.

A declaração de conformidade do relatório consolidado de gestão foi também submetida à apreciação do conselho fiscal e devidamente justificada.

2 — Parecer:

Face ao que se antecede, somos de parecer que os senhores accionistas deveriam:

1 — Aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1994;

2 — Aprovar um voto de louvor ao conselho de administração, pelo empenho que pôs na apresentação das contas consolidadas.

Vila Nova de Gaia, 22 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Fiscal: *Fernando António da Costa Brochado Coelho*, presidente — *José Carlos Moreira da Cunha Barros*, vogal — *António Afonso da Silva Carvalho*, vogal e revisor oficial de contas.

Acta n.º 142 da assembleia geral anual

Aos 30 dias do mês de Março de 1995, pelas 18 horas e 30 minutos, na sua sede social na Rua Soares dos Reis, 96 a 120, em Vila Nova de Gaia, reuniu a assembleia geral anual da sociedade J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., estando presentes ou representados accionistas possuidores de 728 894 acções, correspondentes a 85,75% do capital social, conforme lista de presenças anexa a esta acta e por eles rubricada.

Presentes também todos os membros do conselho de administração, bem como o vogal do conselho fiscal Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros, e o revisor oficial de contas.

A mesa foi constituída, tendo-se mantido até final sem alteração, pelo respectivo presidente, Dr. Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro, tendo como secretária, Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz.

Declarada aberta a sessão, o presidente da mesa procedeu à leitura da ordem de trabalhos, do seguinte teor:

1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 1994;

2.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, relativos ao exercício de 1994;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

5.º Eleição dos órgãos sociais e da comissão de vencimentos para o quadriénio 1995-1998.

Entrou-se simultaneamente nos pontos 1.º, 2.º e 3.º da ordem de trabalhos, por serem dificilmente indissociáveis, conforme sugestão do presidente da mesa da assembleia geral.

O presidente do conselho de administração teceu alguns comentários sobre vários aspectos do relatório e contas, nomeadamente sobre o facto de 1994 ter sido, para a empresa, um ano de reflexão a vários níveis, e sobre o aumento das vendas nos últimos trimestres do ano, tendo chegado a ultrapassar os números do ano anterior. Após análise e discussão, os elementos referidos nos pontos 1.º e 2.º foram postos à votação e aprovados por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Foi igualmente aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos a proposta de aplicação de resultados, referente ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, e contida no relatório do conselho de administração que propõe a atribuição de um dividendo ilíquido por acção de 76\$ e que aos resultados líquidos apurados no exercício, no montante de 123 126 960\$60 e aos resultados transitados de (3 970 942\$) seja dada a seguinte aplicação:

- a) Dividendos — 62 450 948\$;
- b) Remuneração do director-geral — 1 100 000\$;
- d) Reservas livres — 55 605 070\$60.

Seguidamente, e relativamente ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, passou-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo sido apresentada pelo accionista Gonçalo de Carvalho Correia dos Santos, uma proposta do seguinte teor:

Cumprindo-nos nos termos legais proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade, e após a análise dos relatórios do conselho de administração e os pareceres do conselho fiscal,

bem como os balanços e as contas relativos ao exercício de 1994, proponho que seja exarado em acta:

Um voto de louvor ao conselho de administração pela competência manifestada no exercício das suas funções;

Um voto de louvor ao conselho fiscal pelo cuidado que dispensou à fiscalização da empresa, zelando pelo respeito pela lei e pelos estatutos.

Após votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Passou-se finalmente ao ponto 5.º da ordem de trabalhos tendo sido aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos a eleição dos órgãos sociais conforme constam da proposta apresentada pela accionista Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos, representada nesta assembleia por Joaquim Alberto Correia dos Santos, que se transcreve:

Proponho que para o próximo quadriénio 1995-1998 sejam eleitos os seguintes órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro.

Secretárias:

Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz.

Maria Manuela Correia da Silva Bártole Ferraz.

Conselho de administração:

Presidente: Joaquim Alberto Correia dos Santos.

Vogais:

Isabel Maria Barroso Soares Correia.

Carlos Manuel Correia da Silva Bártole.

Suplente: Maria Adelaide de Oliveira Barrosa.

Conselho fiscal:

Presidente: Fernando António Brochado Coelho.

Vogal: José Carlos Cunha Barros.

Revisor oficial de contas: António Afonso da Silva Carvalho.

Revisor oficial de contas suplente: José Alberto Gomes Neto.

Comissão de vencimentos:

Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro.

Luís Miguel Bártole Ferraz.

Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 19 horas e 30 minutos e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000217945

PORTO — 2.ª SECÇÃO

PÚBLICO — COMUNICAÇÃO SOCIAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 46 051/891227; identificação de pessoa colectiva n.º 502265094; inscrição n.º 24; número e data da apresentação: 12/22 de Abril de 1996; pasta n.º 778.

Maria Lopes de Oliveira, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica que foram apresentados os documentos da prestação de contas do ano de exercício de 1995, da sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção), 12 de Junho de 1996. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*.

Relatório e contas de 1995

Relatório do conselho geral

Nos termos do artigo 441.º das Sociedades Anónimas e do estatuto social da Público — Comunicação Social, S. A., cumpre-nos apre-

sentar o relatório deste conselho geral referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1995.

Nos termos legais e estatutários, o conselho geral acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade, quer em sessões plenárias, quer através das suas comissões.

O relatório e contas apresentados pela direcção reflectem adequadamente a posição da Público — Comunicação Social, S. A., e do jornal que produz, reconhecido como segura referência na formação de opinião.

Tendo presente o teor da certificação legal de contas, as informações recebidas da direcção e as análises a que procedeu, o conselho geral deliberou por unanimidade:

a) Aprovar sem reservas o relatório e contas, tal como apresentados pela direcção;

b) Apoiar a proposta da direcção de fazer transitar os resultados para a conta de resultados transitados.

A actividade da empresa foi profundamente afectada pela conjuntura desfavorável em que desenvolveu a actividade, mau grado a dimensão dos resultados negativos deva conduzir a uma profunda alteração do modelo industrial que tem vindo a ser adoptado, já que há problemas estruturais, do ponto de vista dos custos de produção que devem ser equacionados.

O conselho geral frisa que a Lisgráfica moveu uma segunda acção em tribunal contra a Público reclamando uma indemnização de 1 400 000 contos, por lucros cessantes decorrentes da citada resolução.

O conselho geral regista as alterações ocorridas na composição da direcção, agradecendo o contributo dos directores cessantes Dr. Nuno Vitorino, Jorge Wemans, Joaquim Fidalgo e deseja que o novo presidente da direcção em conjugação com os demais directores imprimam uma nova dinâmica empresarial que crie um genuíno ambiente de mudança e felicita os trabalhadores da sociedade pelo seu contributo para a valorização da empresa e do jornal.

Porto, 1 de Março de 1996. — O Conselho Geral: *António Carlos Vaz Pinto de Sousa*, presidente — *André Roberto Delauney Gonçalves Pereira* — *Hernâni Olimpio Carqueja* — *Rui Manuel Campos Guimarães* — *Javier Diez de Polanco* — *Sérgio Cellini* — *Miguel Satrustegui*.

Relatório da direcção

Nos termos da legislação e no cumprimento do estipulado estatutariamente, submetemos à apreciação do conselho geral o relatório de gestão e as contas, relativos ao ano de 1995, da Público — Comunicação Social, S. A.

1 — Introdução

1.1 — Enquadramento económico

Contrariando as perspectivas inicialmente avançadas, a retoma da economia portuguesa, em 1995, processou-se a um ritmo bastante mais lento do que previsto.

O crescimento do produto interno situou-se nos 2,6%, a baixo, portanto, da média da União Europeia. Foi particularmente evidente a moderação do consumo privado, resultado duma estagnação do poder de compra e de compreensíveis expectativas negativas, relativas à evolução do emprego.

Pode mesmo acrescentar-se que, do lado da procura, os impactos positivos se fizeram sentir, praticamente e apenas, sobre os sectores com uma componente fortemente exportadora e o crescimento do investimento esteve, no essencial, relacionado com a necessidade de reforço das capacidades produtivas, no sector exportador e com o acréscimo da despesa pública.

A política económica, em Portugal, manteve-se subordinada ao cumprimento das metas de convergência nominal com os restantes países da União Europeia.

Em consequência, foi prioritária a estabilidade do câmbio nominal, como forma de assegurar a contenção da inflação, que se terá situado na zona dos 4%, contra os 5,2% de 1994. Em simultâneo, as taxas de juro reais terão conhecido um decréscimo de cerca de 1%, claramente insuficiente para induzir, só por si, uma reanimação do investimento privado.

Em consequência, acentuaram-se, de facto, as pressões sobre o desemprego, cujos níveis atingiram os 7,3%, no final do ano.

Uma conjuntura que, globalmente, poderá ser considerada de grande contenção e que, consequentemente, teve efeitos directos sobre o sector de actividade do *Público* e sobre o comportamento dos seus públicos.